

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DA FAZENDA

COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA TRIBUNAL DE IMPOSTOS E TAXAS

DRT	Número	Ano	AIIM	Câmara
17	5038998-1	2024	5038998-1	SÉTIMA CÂMARA JULGADORA

Tipo de Impugnação:	RECURSO ORDINÁRIO		
Recorrente:	TELEFONICA BRASIL S.A.		
Recorrido:	FAZENDA PÚBLICA		
Responsáveis Solidários:			
Relator:	LUCIANA CRISTINA DA SILVA VENDRAMINI		
Sustentação Oral Requerida:	NÃO		

VOTO INICIAL DO RELATOR - Juiz: LUCIANA CRISTINA DA SILVA VENDRAMINI

Ementa:

ICMS – (Item 1) Falta de pagamento do ICMS, por emissão de Notas Fiscais de Serviço de Comunicação – NFSC e de Notas Fiscais de Serviço de Telecomunicação - NFST, referentes a prestações tributadas, com erro na determinação da base de cálculo, ao não considerar as parcelas relativas a "LOCAÇÃO" ou "ALUGUEL" de equipamentos de telecomunicação como parte integrante e indissociável da sua prestação onerosa de serviço de telecomunicações, ou ao não considerar as parcelas de "ASSINATURA" e outras, que compõem o próprio serviço de telecomunicações prestado aos clientes. (Item 2) Emissão de Notas Fiscais de Serviço de Comunicação – NFSC e de Notas Fiscais de Serviço de Telecomunicação - NFST com inobservância de requisito regulamentar: preenchimento do campo descrição que não permite a correta e perfeita identificação do item de serviço. RECURSO ORDINÁRIO. Não há nulidade a ser declarada. Condutas infracionais devidamente configuradas. Prestação de serviço de comunicação é a disponibilização onerosa de condições materiais para que a comunicação se instaure – atividade-fim. A manutenção do presente lançamento fiscal não se posiciona contra entendimento unânime do Judiciário, porque não há subsunção do caso presente ao entendimento firmado no REsp 1.176.753 que originou o Tema nº 427 do STJ. Legalidade da multa aplicada. Súmula TIT nº 13/2018. Súmula TIT nº 10/2017 (revisada em 09/06/2022). RECURSO ORDINÁRIO CONHECIDO PARCIALMENTE E NÃO PROVIDO.

Relatório e Voto:

RELATÓRIO

- 1. Trata-se de Recurso Ordinário interposto em face de Decisão monocrática que negou provimento à Defesa apresentada pelo Contribuinte.
- 2. As infrações relatadas no AIIM são:
 - "I INFRAÇÕES RELATIVAS AO PAGAMENTO DO IMPOSTO
 - 1. Deixou de pagar o ICMS no montante de R\$ 37.013.918,26 (trinta e sete milhões e treze mil e novecentos e dezoito reais e vinte e seis centavos), nos períodos de janeiro/2020 a dezembro/2021, por emissão de Notas Fiscais de Serviço de Comunicação— NFSC, modelo 21, e Notas Fiscais de Serviço de Telecomunicação NFST, modelo 22, relacionadas no Demonstrativo 01, referentes a prestações tributadas, com erro na determinação da base de cálculo, ao não considerar as parcelas relativas a "LOCAÇÃO" ou "ALUGUEL" de equipamentos de telecomunicação como parte integrante e indissociável da sua prestação onerosa de serviço de telecomunicações, ou ao não considerar as parcelas de "ASSINATURA" e outras, que compõem o próprio serviço de telecomunicações prestado aos clientes, conforme se comprova pelas cópias dos documentos

juntadas. O detalhamento da infração encontra-se descrito no Relatório Circunstanciado do Serviço Fiscal, que é parte inseparável deste AIIM.

INFRINGÊNCIA: Arts. 37, inc. VIII, arts. 58, arts. 87, arts. 175, inc. X, arts. 178, inc. X, art. 250, §2°, art. 250-A, inc. II, todos do RICMS (Dec. 45.490/00), c/c Art. 5° da Portaria CAT 79/03.

CAPITULAÇÃO DA MULTA: Art. 85, inc. I, alínea "c", c/c §§ 1º, 9º e 10 da Lei 6.374/89.

Infração referente a: Prestações Próprias

II - INFRAÇÕES RELATIVAS A DOCUMENTOS FISCAIS E IMPRESSOS FISCAIS

2. Efetuou, nos períodos de janeiro/2020 a dezembro/2021, emissão de Notas Fiscais de Serviço de Comunicação - NFSC, modelo 21, e Notas Fiscais de Serviço de Telecomunicação - NFST, modelo 22, no valor total de R\$ 15.079.928.671,22

(quinze bilhões e setenta e nove milhões e novecentos e vinte e oito mil e seiscentos e setenta e um reais e vinte e dois centavos), relacionadas no Demonstrativo 02, com inobservância de requisito regulamentar, qual seja, emissão de NFSC e NFST com campo descrição do item preenchido com "SERVIÇOS CONTRATADOS", "SERVIÇOS CONTRATADOS VIVO MÓVEL", "SERVIÇOS CONTRATADOS VIVO TV" e "SERVIÇOS CONTRATADOS VIVO FIBRA", que não permitem a correta e perfeita identificação do item de serviço, conforme se comprova pelas cópias dos documentos juntadas.

INFRINGÊNCIA: INFRINGÊNCIA: Art. 175, inc. VII do RICMS (Dec. 45.490/00), Art. 178, inc. VII do RICMS (Dec. 45.490/00), Art. 1°, Incisos II e III da Portaria CAT-79/03 c/c Item 6.2.3.4 do Anexo I da Portaria CAT-79/03.

CAPITULAÇÃO DA MULTA: Art. 85, inc. IV, alínea "h", c/c §§ 9º e 10 da Lei 6.374/89.

Infração referente a: Prestações Próprias"

- 3. Regularmente cientificado da lavratura do AIIM, o Contribuinte apresentou Defesa Administrativa às fls. 2604269 a 2604311, acompanhada dos documentos de fls. 2604312 a 2604626.
- 4. A Autoridade Fiscal autuante se manifestou pela integral procedência do lançamento de ofício (fls. 2604630 a 2604651).
- 5. O Órgão de Julgamento decidiu pela procedência do lançamento fiscal. (fls. 2604630 a 2604675).
- 6. Inconformado, o Autuado interpôs Recurso Ordinário (fls. 2604679 a 2604718), no qual aduz:
 - 6.1. A nulidade da decisão recorrida por deixar de apreciar corretamente os fundamentos apresentados em sede de defesa e não analisar a situação controvertida à luz das premissas fáticas e jurídicas estabelecidas nos autos;
 - 6.2. A nulidade do lançamento fiscal, porque:
 - (a) o imposto teria sido apurado de forma consolidada, de modo a impossibilitar a identificação da origem dos valores em relação aos quais se exige o ICMS;
 - (b) não seria possível identificar a base para cálculo da multa aplicada por descumprimento de obrigação acessória;
 - (c) parte das rubricas para quais se pretende exigir ICMS estariam zeradas nas faturas autuadas, e outras já teriam sido tributadas em momento anterior à emissão da fatura;
 - (d) os dispositivos legais indicados como infringidos não se prestariam a respaldar a exigência de ICMS e
 - (e) não teria sido indicado o indexador dos juros aplicados;
 - 6.3. A improcedência do lançamento ante a inexigibilidade de ICMS sobre:
 - a) locação de roteadores, tendo em vista que tal parcela não se caracterizaria como prestação de serviço de telecomunicação, tratando-se de mera facilidade opcional concedida a seus clientes e
 - b) assinatura mensal, tendo em vista que sequer seria possível se identificar as rubricas exigidas a este

título nos Demonstrativos do AIIM;

- 6.4. A improcedência do lançamento ante a inexigibilidade da multa por descumprimento de obrigação acessória, em razão de suposta indicação genérica dos serviços nas notas fiscais, uma vez que referidos serviços teriam sido devidamente descritos e individualizados nas faturas emitidas e o Fisco teria tido acesso às informações sobre os serviços prestados.
- 6.5. O excesso de exação:
 - a) ante a confiscatoriedade da multa exigida;
 - b) ante a inconstitucionalidade e ilegalidade do cálculo de multa sobre o valor da operação atualizado;
 - c) ante a ilegalidade dos juros aplicados;
- 6.6. Subsidiariamente, requer que a conversão do julgamento em diligência, para a apuração da origem e da forma de cálculo dos valores exigidos.
- 7. A d. Representação Fiscal apresentou Contrarrazões ao Recurso Ordinário (fls. 2604724 a 2604739), propugnado pelo não provimento do Recurso Ordinário.
- 8. O processo foi distribuído, sem prevenção, a minha relatoria (fl. 2604740).
- 9. É o que cumpria relatar.

VOTO

- 10. Trata-se de Recurso Ordinário interposto em face de Decisão monocrática que negou provimento à Defesa apresentada pelo Contribuinte.
- 11. Através do presente AIIM, o Fisco imputa, ao Autuado, duas acusações fiscais que assim podem ser resumidas:
 - Item 1 <u>Falta de pagamento do ICMS</u>, por emissão de Notas Fiscais de Serviço de Comunicação NFSC e de Notas Fiscais de Serviço de Telecomunicação NFST, referentes a prestações tributadas, com erro na determinação da base de cálculo, ao não considerar as parcelas relativas a "LOCAÇÃO" ou "ALUGUEL" de equipamentos de telecomunicação como parte integrante e indissociável da sua prestação onerosa de serviço de telecomunicações, ou ao não considerar as parcelas de "ASSINATURA" e outras, que compõem o próprio serviço de telecomunicações prestado aos clientes;
 - Item 2 <u>Emissão</u> de Notas Fiscais de Serviço de Comunicação NFSC e de Notas Fiscais de Serviço de Telecomunicação NFST com <u>inobservância de requisito regulamentar</u>: preenchimento do campo descrição do item com "SERVIÇOS CONTRATADOS", "SERVIÇOS CONTRATADOS VIVO MÓVEL", "SERVIÇOS CONTRATADOS VIVO TV" e "SERVIÇOS CONTRATADOS VIVO FIBRA", que não permitem a correta e perfeita identificação do item de serviço.
- 12. As operações em comento estão relacionadas respectivamente nos Demonstrativos de fls. 118 a ss e fls. 122 a ss.

Do Recurso Ordinário

Preliminarmente

Da alegação de nulidade da Decisão recorrida

13. O Autuado inaugura suas razões recursais aduzindo a nulidade da decisão recorrida por deixar de apreciar corretamente os fundamentos apresentados em sede de defesa e não analisar a situação controvertida à luz das

premissas fáticas e jurídicas estabelecidas nos autos.

14. Aduz que a:

"Em relação à nulidade do AIIM, (..) a decisão deixou de apreciar o fato de que os demonstrativos indicados se prestam tão somente a relacionar os itens das notas fiscais que o Fisco entende não terem sido tributados, porém não há qualquer discriminação do montante exigido por rubrica, o que impossibilita a identificação das notas autuadas e sua correlação com as faturas emitidas."

"No tocante à ilegalidade da cobrança de ICMS sobre a locação de roteadores, (..) r. decisão recorrida considerou, dentre outros pontos, que a Recorrente não teria comprovado que a locação de tais aparelhos seria desvinculada da prestação do serviço de telecomunicação, quando, na verdade, foi acostada pela própria D. Autoridade Fiscal cópia de contrato celebrado pela Recorrente com seus clientes (fls. 18.647/16.670) que justamente prevê a possibilidade de o cliente se valer de outro roteador, que não aquele fornecido pela Recorrente."

- 15. Razão não assiste ao Autuado.
- 16. A começar pelo fato de que, da simples leitura do ato decisório, facilmente se observa que o Juízo de piso promoveu o devido exame da alegação preliminar defensiva de nulidade do AIIM por impossibilidade de identificação das notas autuadas e sua correlação com as faturas emitidas. Senão vejamos.
- 17. Primeiramente, merecem realce as observações da Autoridade Fiscal acerca da matéria:

"35 – (..) os itens das Notas Fiscais de Serviço de Comunicação – NFSC, modelo 21, e Notas Fiscais de Serviço de Telecomunicação - NFST, modelo 22, objeto deste AIIM são os itens com serviços com descrição genérica "SERVIÇOS CONTRATADOS", "SERVIÇOS CONTRATADOS VIVO MÓVEL", "SERVIÇOS CONTRATADOS VIVO TV" e "SERVIÇOS CONTRATADOS VIVO FIBRA".

A informação que se trata de Locação, Aluguel, Assinatura e outras foi obtida das Faturas que os tomadores recebem. Ressalte-se que as informações da fatura, que o tomador do serviço recebe, não constam no documento que é transmitido para a Secretaria da Fazenda, que no caso é a NFSC e NFST."

- "O correto seria constar na Nota Fiscal a descrição de serviço que indicasse tratar-se de locação de bens móveis ou assinatura (..)" (destaquei)
- 18. Assim, uma vez delineado esse cenário, o i. Julgador monocrático aferiu que os demonstrativos da autuação apontavam, de modo individualizado, <u>os itens das notas fiscais e os dados essenciais para a correlação com a respectiva fatura. Confira-se as seguintes passagens da Decisão:</u>
 - "9. O Demonstrativo 01 Código do Serviço 1350, 1351, 1570, 2520 e 2530 (fls. 122/5594) aponta, de modo individualizado, os itens das notas fiscais com erro na determinação da base de cálculo do ICMS, <u>discriminando cada valor considerado na apuração do imposto devido e os demais dados essenciais para a correlação com a respectiva fatura.</u> No Demonstrativo 01 Por Referência (fl. 117) e no Demonstrativo 01 Por Referência e Serviço (fls. 118/120) constam os montantes consolidados de ICMS exigidos no Item I.1.
 - 10. Já o Demonstrativo 02 Detalhado (fls. 20298/2604264) elenca, um a um, os itens das notas fiscais com descrição genérica, indicando o correspondente valor do serviço prestado e também os demais dados essenciais para a correlação com a respectiva fatura. No Demonstrativo 02 Por Referência (fl. 121) constam os montantes consolidados das aludidas prestações de serviço, que representam os valores básicos utilizados para cálculo da multa aplicada no Item II.2.
 - 11. Conforme alerta a Observação 1 do AIIM, tais demonstrativos foram elaborados como elementos de prova, em substituição aos documentos fiscais eletrônicos neles referidos, nos termos do caput e dos incisos I e II do artigo 86 do Decreto Estadual nº 54.486/2009, e todas as NFSCs e NFSTs podem ser consultadas por meio de sua Chave de Codificação Digital no endereço eletrônico "https://www.fazenda.sp.gov.br/FCE2/Sistema/Consultas/InformacoesBasicasChaveCodificacao.aspx"." (destaquei)

- 19. Ao fim, o Juízo de piso concluiu que:
 - "(..) o auto de infração não padece dos supostos vícios aduzidos na Defesa, <u>sendo descabido cogitar sua</u> <u>nulidade</u>. O AIIM encontra-se formalmente instruído e fundamentado, reunindo os requisitos de validade prescritos no artigo 142 do Código Tributário Nacional e no artigo 34 da Lei Estadual nº 13.457/2009, que regem o lançamento de ofício".
- 20. A toda evidência, a Decisão recorrida se mostrou devidamente fundamentada e bem calcada nas provas dos autos.
- 21. Não existe, portanto, a nulidade aventada.
- 22. Também não merece albergue a alegação recursal de que a decisão recorrida estaria inquinada de nulidade por considerar que não restaria comprovado que a locação de dos aparelhos seria desvinculada da prestação do serviço de telecomunicação.
- 23. Importante observar que o vício de fundamentação que acarreta nulidade do ato decisório não se confunde com o entendimento contrário ao interesse da parte.
- 24. E, no caso, da leitura das Decisão recorrida, vislumbra-se os fundamentos que conduziram o Juízo de piso à rejeição da preliminar de nulidade levantada na Defesa.
- 25. O Julgador examinou os contratos juntados aos autos e <u>aferiu a dependência entre a pretensa atividade de locação e o serviço de comunicação prestado</u>. Confira-se os fundamentos decisórios:
 - "42. A despeito de o Autuado insistir que a locação de roteadores consiste em facilidade opcional oferecida aos clientes, na Defesa apresentada não há comprovação de um só caso em que tais bens tenham sido adquiridos ou locados de terceiros.

Inobstante a intitulação como "Contratações Adicionais" em alguns dos contratos juntados aos autos (fls. 18590/19118), os termos contratuais evidenciam que os equipamentos fornecidos são essenciais para a utilização do serviço de comunicação.

Fica claro que o Autuado é responsável não só por cedê-los, mas também por gerenciá-los, de forma a garantir a contínua prestação do serviço contratado pelos clientes. De fato, <u>não há independência entre a pretensa atividade de locação e o serviço de comunicação prestado</u>. Além de tudo, a essencialidade aqui aduzida é objetiva, instrumental à consecução da prestação do serviço de comunicação. Não se refere ao aspecto subjetivo, inerente ao provedor dos equipamentos." (destaquei)

- 26. Não existe, portanto, mácula a ser sanada na decisão recorrida, que analisou a matéria arguida por inteiro e de forma fundamentada.
- 27. Já em relação à cobrança de ICMS sobre valores de assinatura mensal, o Autuado aduz que a Decisão recorrida seria nula, uma vez que teria se limitado "a consignar que tal exigência seria questão incontroversa nos autos, deixando de apreciar, contudo, que, ante a patente nulidade do AIIM, a Recorrente sequer pôde identificar as rubricas exigidas a este título nos Demonstrativos do AIIM, além do fato de que algumas rubricas já foram tributadas pela Recorrente em momento anterior à emissão da fatura, não havendo lastro para cobrança adicional do imposto".
- 28. Parece-me que a referida alegação acaba por ocasionar a denominada "referência circular" entre as questões postas em discussão, quando traz novamente à debate a suposta impossibilidade de identificação das notas autuadas e sua correlação com as faturas emitidas.
- 29. Como já dito nas linhas acima, não há dúvidas de que a Decisão recorrida promoveu a análise expressa, de forma clara e fundamentada, da questão posta como omissa pelo Autuado.
- 30. Também não é verdade que a Decisão recorrida tenha se esquivado de analisar o argumento defensivo de que "algumas rubricas já foram tributadas pela Recorrente em momento anterior à emissão da fatura, não havendo lastro para cobrança adicional do imposto."
- 31.E isto, fica bem patente da leitura do seguinte excerto do ato decisório:

- "14. Ao contrário do que sugere o Autuado, todos os itens arrolados nos demonstrativos fiscais possuem algum valor discriminado na correspondente nota fiscal. Esses itens não têm qualquer relação com eventuais rubricas zeradas existentes nas faturas.
- 15. Além disso, carecem de suporte probatório as abstratas alegações de que algumas rubricas sobre as quais se exigiu ICMS já foram tributadas em momento anterior à emissão da fatura e outras dizem respeito a prestações não onerosas que não se sujeitam à incidência do imposto".
- 32. Por fim, no que tange aos argumentos de nulidade por não apreciação dos argumentos de ilegalidade de cobrança da multa e excesso de exação, verifico que a Decisão recorrida está devidamente fundamentada em relação a toda a matéria suscitada, conforme se lê das fls. 2604673 a 2604675, não havendo como se admitir a alegação de existência de omissão no julgado.
- 33. Decerto que o julgamento monocrático resolveu todas as questões relevantes e imprescindíveis para resolução da lide.
- 34. Em verdade, as preliminares recursais levantadas não refletem a nulidade da Decisão recorrida, mas, tão somente, a discordância do Autuado com o resultado do julgamento.

Da alegação de nulidade do Lançamento de Ofício

- 35. Avanço no exame da lide e observo que, em sua peça defensória, o Autuado retoma o argumento defensivo de nulidade do lançamento de ofício porque "os demonstrativos indicados se prestam tão somente a relacionar os itens das notas fiscais que o Fisco entende não terem sido tributados; não há, contudo, qualquer discriminação do montante exigido por rubrica".
- 36. De plano, cumpre rememorar, nos termos da legislação de regência, o campo de Descrição dos Serviços do documento fiscal deve ser preenchido com máximo de informações necessárias para que a administração tributária reconheça, de forma inequívoca, o serviço prestado pelo contribuinte.
- 37. Nas palavras da Autoridade Fiscal:
 - "(..) foram relacionados nos Demonstrativos tanto os valores agrupados, quando o detalhado, item a item do documento fiscal. Lembrando que <u>no documento fiscal consta somente a rubrica com descrição genérica</u>. E conforme mencionado anteriormente, todas as Notas Fiscais relacionadas nos Demonstrativos 01 e 02 detalhados podem ser consultados no site da Secretaria da Fazenda e Planejamento".
 - "Ocorre que <u>a descrição do item não pode ser genérica, conforme consta no Art. 178. Inciso VII do RICMS/00 e no item 6.2.3.4 do Manual de Orientação (Anexo I), contendo instruções operacionais complementares necessárias à aplicação do disposto na <u>Portaria CAT 79/03</u>, que uniformiza e disciplina a emissão, escrituração, manutenção e prestação das informações dos documentos fiscais emitidos em via única por sistema eletrônico de processamento de dados." (destaquei)</u>
- 38. Sendo certo que, no caso, o procedimento correto seria fazer constar, nas Notas Fiscais de Serviço de Telecomunicações, a precisa discriminação do serviço prestado, de modo a permitir sua perfeita identificação.
- 39. Ora, se foram relacionados nos Demonstrativos tanto os valores agrupados, quanto o detalhado, <u>item a item do documento fiscal</u>, inexiste qualquer irregularidade.
- 40. Por outro lado, quando o Autuado utiliza tantos e tantos parágrafos de seu recurso para aventar a impossibilidade de correlação das notas autuadas com as faturas emitidas, <u>o que transparece é o caráter protelatório da alegação, uma vez que os números das notas fiscais constam expressamente consignados nas respectivas faturas.</u> Veja-se, por exemplo, as folhas nº 5628 e 5630.
- 41. Nesse contexto, em sendo ambos documentos emitidos pelo próprio autuado, não é admissível, a alegação de existência de prejuízo ao "exercício do direito de defesa da Recorrente, assegurado pelos princípios da segurança jurídica e do devido processo legal, ampla defesa e contraditório (art. 5º, XXXVI, LIV e LV, da CF)".

- 42. Ora, com a devida vênia, não é dado ao Autuado se valer da própria torpeza.
- 43. Outra nulidade aventada no apelo recursal é que os dispositivos legais indicados como infringidos não se prestariam a respaldar a exigência de ICMS.
- 44. Sem razão o Autuado.
- 45. Isto, porque "conforme consta na INFRINGÊNCIA do item 1 do AIIM, ocorreu o erro na determinação da base de cálculo, ao não considerar na Base de Cálculo do ICMS, as parcelas que compuseram o preço do serviço" e " nos termos do Artigo 37, VIII do RICMS/00, a base de cálculo do imposto na prestação onerosa de serviços de comunicação feita por qualquer meio, inclusive na geração, emissão, recepção, transmissão, retransmissão, repetição e ampliação de comunicação de qualquer natureza, é o respectivo **preço**", como muito bem observado pela Autoridade Fiscal.
- 46. Semelhante de não plausibilidade é a nulidade aventada sob o argumento de que parte das rubricas para quais se pretende exigir ICMS estariam zeradas nas faturas autuadas, e outras já teriam sido tributadas em momento anterior à emissão da fatura.
- 47. O equívoco do Autuado decorre da confusão que faz entre os documentos: a fatura que é emitida para cobrança do serviço prestado a seu cliente e a Nota Fiscal.
- 48. No caso, veja-se que todos os itens elencados nos demonstrativos fiscais possuem algum valor discriminado na correspondente nota fiscal, inexistindo qualquer demonstração de relação com eventuais rubricas zeradas existentes nas faturas.
- 49. Tampouco, o Autuado não logrou comprovar o item com descrição genérica que teria sido tributado em momento anterior à emissão da fatura.
- 50. Veja-se que como assinalou o Juízo de piso "não foram incluídos no AIIM os serviços de comunicação prestados para tomadores isentos e tomadores com direito ao diferimento do lançamento do imposto, consoante exposto nos subtópicos 2.8 e 2.9 do Relatório Circunstanciado".
- 51. Noutro azo, o Autuado aduz de que o auto de infração seria nulo porque não teria sido indicado o indexador dos juros aplicados.
- 52. Referido argumento já foi devidamente rechaçado pela Decisão recorrida, que apontou que o montante do imposto ou da multa fica sujeito a juros de mora nos termos do artigo 96 da Lei Estadual nº 6.374/1989, com regulamentação no artigo 565 do RICMS/SP e que o Demonstrativo do Débito Fiscal Quadro 1 (fls. 03/05) cita expressamente tais artigos.
- 53. Alfim, não vislumbro nulidade a ser declarada, porquanto satisfeitos todos os requisitos de lavratura previstos pela legislação tributária para a lavratura do AIIM.
- 54. De fato, a peça acusatória em apreço se encontra em perfeita sintonia com as exigências veiculadas pelo artigo 142 do Código Tributário Nacional (CTN) e pelo artigo 34 da Lei nº 13.457/2009.

Do mérito

55. Antes de adentrar à análise das razões meritória, peço vênia para tecer algumas considerações acerca da matéria.

Das nuances e particularidades do conceito de prestação de serviço de comunicação no âmbito do ICMS

- 56. Pontuo, à partida, que o termo comunicação exprime tão somente a realização do fato comunicacional ato ou efeito de comunicar-se.
- 57. Trata-se de um processo que envolve a transmissão e a recepção de mensagens entre uma fonte emissora e um destinatário receptor, no qual as informações, transmitidas por intermédio de recursos físicos (fala, audição, visão etc.) ou de aparelhos e dispositivos técnicos, são codificadas na fonte e decodificadas no destino com o uso de sistemas

convencionados de signos ou símbolos sonoros, escritos, iconográficos, gestuais etc. (Grande dicionário Houaiss)

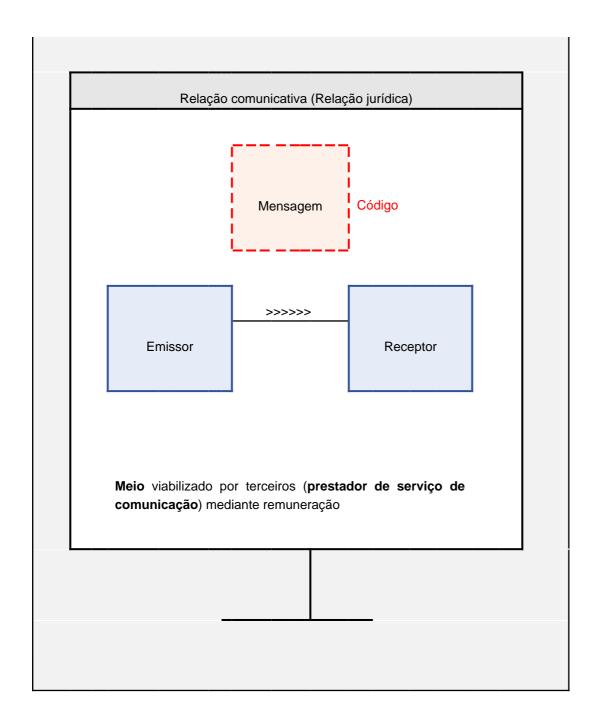
- 58. De forma simplificada, pode-se conceber a <u>comunicação</u> como um processo que se estabelece por meio de cinco elementos: (i) Emissor: quem emite a mensagem; (ii) Receptor: para quem a mensagem é emitida; (iii) Meio: canal através do qual a mensagem é transmitida; (iv) Código: signo linguístico; (v) Mensagem: conteúdo.
- 59. Por outro lado, a <u>prestação de serviço de comunicação</u> pode ser definida como a atividade apta colocar à disposição dos envolvidos na relação de comunicação, os meios e dispositivos necessários à transmissão e recepção de mensagens.
- 60. Assim, para viabilizar a prestação de serviço de comunicação, insere-se, no processo de comunicação, <u>a figura de</u> terceiro o prestador de serviço.
- 61. Segundo leciona Marco Aurélio Greco (Internet e Direito: Dialética, 2000. p. 124):
 - "Prestador de serviço de comunicação é aquele que fornece os respectivos meios à comunicação, assim entendidos não apenas aqueles necessários ao transporte das mensagens, mas também aqueles que tornam possível a instauração de uma relação comunicativa, tais como interfaces, dispositivos, equipamentos etc. Em outras palavras, presta serviço de comunicação quem fornece o ambiente de comunicação". (destaquei)
- 62. No âmbito do que aqui se discute a incidência do ICMS, o seguinte trecho do ensinamento de Roque Antonio Carrazza revela-se extremamente relevante (ICMS. 6ª ed. São Paulo: Malheiros, 1997):
 - "A hipótese de incidência possível deste ICMS é prestar serviços de comunicação. <u>Não é simplesmente realizar a comunicação</u>. Portanto, o tributo só pode nascer do fato de uma pessoa prestar a terceiro, mediante contraprestação econômica (em caráter negocial), um serviço de comunicação.

(..)

Note-se que o ICMS não incide sobre a comunicação propriamente dita, mas sobre a 'relação comunicativa', isto é, a atividade de, em caráter negocial, alguém fornecer a terceiros, condições materiais para que a comunicação ocorra"." (destaquei)

- 63. Assim, consoante se depreende das mencionadas lições doutrinárias, para fins de incidência do ICMS, a <u>prestação</u> dos serviços de comunicação se instaura a partir da <u>"relação comunicativa" aqui entendida como a relação jurídico-tributária decorrente de contrato oneroso celebrado para a disponibilização de condições materiais (meios), de modo que a comunicação ocorra.</u>
- 64. Convém notar que a validade dessa conclusão tem como fundamento o artigo 2º da Lei nº 6.374/1989, em harmonia com o artigo 2º, III, da Lei Complementar nº 87/86 e com o artigo 155, II, da Constituição Federal de 1988.
- 65. De fato, à luz da legislação de regência, a incidência do imposto alcança toda prestação <u>onerosa</u> de serviços de comunicação, realizada <u>por qualquer meio</u>, incluindo <u>inclusive a geração, a emissão, a recepção, a transmissão, a retransmissão, a repetição e a ampliação de comunicação de qualquer natureza.</u>
- 66. É o caráter comercial que envolve o prestador serviços de comunicação (quem fornece o ambiente de comunicação) e o correspondente tomador que dá origem a relação jurídico-tributária alcançada pela incidência do imposto.
- 67. Montando, agora, um quadro a partir de tais elementos, fica possível enxergar a relação comunicativa em sua inteireza.
- 68. Penso que o seguinte infográfico pode demonstrar a sobredita relação jurídico-tributária:

_		
Incidência	\sim	$I \cap I / I \cap$
IIICIOEIICIA		IL IVI.



Das alegações recursais

Do item 1 do AIIM

69. Primeiramente, relembre-se que a infração fiscal narrada no item 1 do AIIM é a falta de pagamento do ICMS, por emissão de Notas Fiscais de Serviço de Comunicação – NFSC e de Notas Fiscais de Serviço de Telecomunicação - NFST, referentes a prestações tributadas, com erro na determinação da base de cálculo, ao não considerar as parcelas relativas a "LOCAÇÃO" ou "ALUGUEL" de equipamentos de telecomunicação como parte integrante e indissociável da sua prestação onerosa de serviço de telecomunicações, ou ao não considerar as parcelas de "ASSINATURA" e outras, que compõem o próprio serviço de telecomunicações prestado aos clientes.

70. De plano, observo que, malgrado tenha considerado incontroversa a exigência do imposto relativo às rubricas "assinaturas e outros", objeto do item 1 do AIIM, o Juízo de piso examinou detalhadamente a matéria, consignando que as diferentes denominações e classificações atribuídas a essas atividades não se sobrepõem a essência do serviço de comunicação efetivamente prestado.

- 71. Nesse particular, veja-se as seguintes passagens do ato decisório recorrido:
 - "46. No mais, verifico que o Autuado optou por se esquivar do debate acerca dos valores excluídos da base de cálculo do imposto relativos a assinaturas e outros, o que torna incontroversa a legitimidade das correspondentes exigências fiscais.
 - 47. Mesmo assim, oportuno anotar que o Relatório Circunstanciado, no subtópico 2.4, aborda especificamente o tema ASSINATURA DE SERVIÇOS DE TELEFONIA.
 - 48. As cobranças periódicas a título de assinatura de telefonia resultam da oferta de infraestrutura capaz de manter a eficácia do canal de comunicação, de modo pleno e contínuo. Não se trata de receitas auferidas por prestação de serviços de valor adicionado, cujo conceito encontra-se no artigo 61 da Lei Geral de Telecomunicações. A assinatura mensal de telefonia não se reporta a atividades autônomas, exclusivamente acessórias ou preparatórias, objeto de relação negocial extrínseca. Na medida em que visa assegurar e conservar o canal comunicacional em ininterrupto funcionamento demonstra ser parte substancial do serviço de comunicação contratado.
 - 49. Como anteriormente pontuado, os meios necessários à implementação da comunicação compõem a prestação do serviço, devendo ser consideradas em conjunto todas as atividades que possibilitam a sua oferta. As diferentes denominações e classificações atribuídas a essas atividades não se sobrepõem a essência do serviço de comunicação efetivamente prestado.
 - 50. Ainda que ocorra a tentativa de fracionamento da prestação do serviço de comunicação, através de cobranças apartadas, tal segregação não afasta a incidência do imposto sobre os valores recebidos a título de assinatura de telefonia, que devem integrar a base de cálculo do ICMS-Comunicação."
- 72. No que tange à ponderação trazida no Parecer Técnico da E&Y de que não seria possível a identificação dos valores relativos à assinatura de telefonia, merecem acolhimento os esclarecimentos da Autoridade Fiscal no sentido de que <u>o referido parecer se baseou numa amostra e que nas faturas apresentadas constam as aludidas assinaturas. In verbis:</u>
 - "25. No tocante a afirmação que "os únicos valores identificados até o momento pelo Parecer Técnico da E&Y dizem respeito à locação de equipamentos de telefonia (rubricas com o nome IP DEDIC-A Código 1351 e VPN IP MPL Código 1351)." (item 11, pág. 2.604.272) e "No rol de notas fiscais autuadas <u>não foram identificados valores relativos à assinatura de telefonia.</u> Tampouco foi possível compreender a que se refere os demais valores sobre os quais o Fisco exigiu ICMS." (item 12, pág. 2.604.272), <u>esquece a autuada que o parecer se</u> baseou numa amostra, conforme item 4.2.1, pág. 2.604.498.

E desconsiderou trechos das faturas nas págs. 12 a 80 e as faturas completas nas págs. 7.276 a 18.589, nas quais constam as assinaturas: VALOR MENSAL OPERADORA BANDA INTERNET, VALOR MENSAL OPERADORA VELOCIDADE DO ACESSO METROETHERNET TIPO1, ASSINATURA SEM FRANQUIA, COMBO VOZ SVC NA+LC:L[25]CCIONAL 3000, INTERNET MOVEL, INTRAGRUPO, INTRAREDE, PAC 1000 MIN FLEX COMP, PAC 200 MIN FLEX COMP, PAC 500 MIN FLEX COMP, PACOTE 2.000 MINUTOS, PACOTE 2000 SMS PJ, PACOTE DADOS SME, PACOTE LD FULL 200 MINUTOS, PLANO VIP ASSINATURA, SMART EMPRESAS, SMART EMPRESAS NACIONAL VOZ D, SVC NACIONAL, VIVO CONTROLE SERV DIGITAL, VIVO EMPRESAS FLEX ASSIM, Vivo Controle 5GB Anual."

- 73. Avanço, então, ao argumento de "improcedência do lançamento combatido ante a inexigibilidade de ICMS sobre locação".
- 74. À partida, é importante observar que, conquanto o Autuado insista na alegação de que a locação de roteadores consiste em facilidade opcional oferecida aos clientes, como muito bem observado pelo Juízo de piso, inexiste nos autos comprovação de um só caso em que tais bens tenham sido adquiridos ou locados de terceiros.
- 75. Note-se, também, que apesar dos contratos acostados aos autos trazerem títulos que sugiram a contratação adicional, o que representam na verdade é a entrega de equipamentos necessários e fundamentais para a prestação do serviço de comunicação, fato que não restou despercebido pelo Juízo de piso:

"Inobstante a intitulação como "Contratações Adicionais" em alguns dos contratos juntados aos autos (fls. 18590/19118), os termos contratuais evidenciam que os equipamentos fornecidos são essenciais para a utilização do serviço de comunicação. "

- 76. Nem mesmo as considerações apresentadas no Parecer Técnico da E&Y acrescentam plausibilidade às alegações recursais de não ser possível se compreender a que se refere os valores sobre os quais o Fisco exigiu ICMS, pois, como bem observou a Autoridade Fiscal:
 - "24. Quanto ao argumento que a "E&Y reconheceu expressamente que "o Relatório Circunstanciado juntado ao caso não apresenta, de forma clara e objetiva, a metodologia utilizada pela fiscalização para determinar o que seria autuado" e "a metodologia empregada pela autoridade fiscal para autuar a Telefônica por erros na base de cálculo das Notas Fiscais e descrições genéricas não se mostra conclusiva" (Doc. 03)." (item 9, pág. 2.604.271), ressalta- se que a própria autuada respondeu em atendimento à notificação tratar-se de locação (pág. 10, pág. 5.595), e na análise das faturas apresentadas comprovou-se que também foram segregados da base de cálculo, valores referentes à assinatura e outros, conforme item 2 do Relatório Circunstanciado do Serviço Fiscal.

Além disso <u>o parecer que se baseou numa amostra (janeiro/2021, itens "VPN IP MPLS" e "IP DEDIC-A") (item 4.2.1, pág. 2.604.498), chegou à mesma conclusão: serviços com descrições "Serviços Contratados" segregados da base de cálculo do ICMS referem-se à locação de bens móveis.</u>

Observa-se que <u>não contraditou</u>, juntando faturas que infirmassem que a parte segregada da base de cálculo não se tratava de locação de bens móveis ou assinatura. Conforme constou em Observações (item 2, pág. 1), "Nos termos do § 1º do artigo 86 do Decreto n.º 54.486/2009, o autuado poderá contraditar os Demonstrativos, fazendo-o de forma objetiva, com indicação precisa do erro ou incorreção encontrados e com apresentação da correspondente comprovação, sob pena de se terem por exatos os dados neles constantes.", mas não o fez.

- 77. Ademais, ao revés do que aduz o Autuado, a disponibilização de equipamentos, efetivamente, integra e acompanha todo o processo da prestação do serviço de comunicação, tornando-o possível e compondo uma só <u>obrigação de fazer</u>.
- 78. Trata-se da disponibilização onerosa, por meios próprios e de terceiros, do suporte tecnológico (tecnologias, processos, meios eletrônicos e protocolos de comunicação) imprescindível à operacionalização do serviço de comunicação prestado aos seus clientes.
- 79. E bem isso que confere, aos serviços em apreço, o caráter de prestação de serviço de comunicação, inscrevendo-a nos domínios da tributação pelo ICMS.
- 80. Recusar-se a reconhecer tal incidência seria fechar os olhos para o que dispõe o inciso III do artigo 1º da Lei 6.374/89, *in verbis*:
 - Artigo 1º O Imposto sobre Operações Relativas a Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ICMS incide sobre: (..)
 - III prestação onerosa de serviços de comunicação, por qualquer meio, inclusive a geração, a emissão, a recepção, a transmissão, a retransmissão, a repetição e a ampliação de comunicação de qualquer natureza;
- 81. A incidência do imposto alcança toda prestação onerosa de serviços de comunicação, <u>realizada por qualquer meio</u>, abarcando até mesmo a geração, a emissão, a recepção, a transmissão, a retransmissão, a repetição e a ampliação de comunicação de qualquer natureza.
- 82. Frise-se: não se está a tratar, no caso "sub examine", de dois serviços independentes: um serviço principal de comunicação e outro acessório de locação.
- 83. Nesse sentido, veja-se os esclarecimentos da Decisão Normativa CAT-05/2004:
 - "9. Por um lado, é juridicamente possível que duas pessoas se vinculem duas vezes, com independência, por meio de dois contratos, através de um único instrumento. E é possível que esses dois contratos tratem, um deles, da prestação de serviço de comunicação e o outro, independentemente, da locação de bens móveis.

- 10. No entanto, para que isso ocorra, as respectivas obrigações devem ser independentes. Pois obrigações interdependentes, tantas quantas possam ser, denunciam vontades contratuais interdependentes, convergentes em apenas um contrato. (..)
- 15. Fica claro que, não obstante a forma escolhida pelas partes, não se trata aqui de dois serviços independentes, nem um serviço principal e outro acessório, seja um de comunicação, seja o outro de locação. Trata-se de apenas de um serviço, de comunicação, com fornecimento de materiais para sua viabilização, cobrado em separado, mas não por causa separada. Pois não apenas o chamado contrato de aluguel de equipamentos, pretensamente acessório, segue a sorte do pretensamente principal, de prestação de serviço de comunicação, mas também vice-versa, já que a falta do fornecimento dos equipamentos de conexão importa inadimplência da obrigação de fornecer serviço de comunicação. Vê-se que essa situação é bem diversa, por exemplo, do aluguel com fiança. (..)
- 17. Pelas razões expostas, entendemos que há execução de um contrato que trata da prestação de serviço de comunicação, que se sujeita ao ICMS em sua totalidade, por força do disposto no art. 2º, inc. III, da Lei Complementar nº. 87/96 (Lei paulista nº. 6.374/89, art. 1º, III). Fica afastada a possibilidade de, nessas condições, haver locação de bens móveis (..)." (destaquei)
- 84. Nesse mesmo sentido, a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), por meio do Ofício nº 113/2006/SUE-ANATEL, assim se manifestou:
 - "De acordo com o artigo 60 da Lei nº 9472- Lei Geral de Telecomunicações (LGT), os equipamentos e infraestrutura necessários à prestação do serviço de telecomunicação (exemplo: roteadores, multiplexadores, circuitos, portas, etc) são parte integrantes da prestação dos serviços de telecomunicações..." (destaquei)
- 85. Ademais, é indene de dúvidas que, no caso, NÃO estamos a tratar de atividade-meio do estabelecimento autuado, como os denominados Serviços de Valor Adicionado de que trata o rol taxativo do artigo 61 da Lei Federal nº 9.472/97.
 - Lei nº 9.472/97 Art. 61. Serviço de valor adicionado é a atividade que acrescenta, a um serviço de telecomunicações que lhe dá suporte e com o qual não se confunde, novas utilidades relacionadas ao acesso, armazenamento, apresentação, movimentação ou recuperação de informações.
- 86. Com a devida vênia, a disponibilização de equipamentos, de maneira alguma pode se confundir com serviço armazenamento, apresentação, movimentação ou recuperação de informações (como back-up de dados dos usuários, armazenamento em nuvem, hospedagem de e-mail).

Atividade-meio ou intermediária

Serviço de Valor Adicionado (SVA)

Atividade que acrescenta a um serviço de telecomunicações que <u>lhe dá suporte</u> - e com o qual <u>não se confunde</u> - novas utilidades relacionadas ao acesso, ao armazenamento, à apresentação, à movimentação ou à recuperação de <u>informações</u>.

Atividade-fim

Prestação de serviço de comunicação

Disponibilização onerosa de condições materiais para que a comunicação se instaure.

87. Indubitavelmente, trata-se da disponibilização onerosa, pelo prestador do serviço, do ambiente necessário para que

Χ

a comunicação se estabeleça.

- 88. Conquanto o e. STJ, nos autos do EREsp nº 456.650/PR, tenha pacificado o entendimento daquele tribunal no sentido de que o ICMS não incide sobre SVA, aqui <u>não estamos a tratar de atividade-meio ou intermediária</u>, a configurar prestação de Serviços de Valor Adicionado.
- 89. Quanto ao argumento recursal de que "a Colenda Primeira Seção do A. STJ, quando do julgamento do Recurso Especial Repetitivo nº 1.176.753/RJ, consolidou o entendimento de que o ICMS não incide sobre a locação de bens móveis (equipamentos), realizada pelas empresas de telecomunicações", permito-me algumas observações.
- 90. À partida, transcrevo a ementa do aludido precedente REsp 1.176.753/RJ que, aliás, engendrou o Tema 427 do STJ:

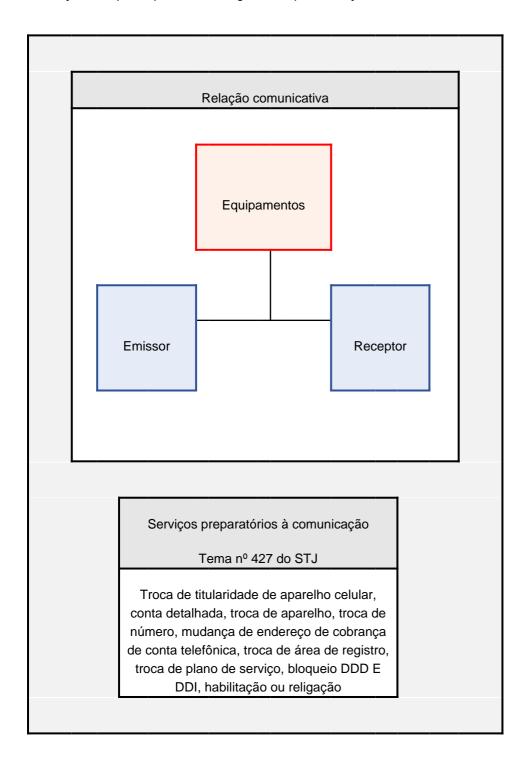
REsp 1.176.753 - Ementa

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. TRIBUTÁRIO. ICMS. SERVIÇOS CONEXOS (SUPLEMENTARES) AO DE COMUNICAÇÃO (TELEFONIA MÓVEL): TROCA DE TITULARIDADE DE APARELHO CELULAR; CONTA DETALHADA; TROCA DE APARELHO; TROCA DE NÚMERO; MUDANÇA DE ENDEREÇO DE COBRANÇA DE CONTA TELEFÔNICA; TROCA DE ÁREA DE REGISTRO; TROCA DE PLANO DE SERVIÇO; BLOQUEIO DDD E DDI; HABILITAÇÃO; RELIGAÇÃO. NÃO INCIDÊNCIA DO ICMS.

- 1. A incidência do ICMS, no que se refere à prestação dos serviços de comunicação, deve ser extraída da Constituição Federal e da LC 87/96, incidindo o tributo sobre os serviços de comunicação prestados de forma onerosa, através de qualquer meio, inclusive a geração, a emissão, a recepção, a transmissão, a retransmissão, a repetição e a ampliação de comunicação de qualquer natureza (art. 2º, III, da LC 87/96).
- 2. A prestação de serviços conexos ao de comunicação por meio da telefonia móvel (que são preparatórios, acessórios ou intermediários da comunicação) não se confunde com a prestação da atividade fim processo de transmissão (emissão ou recepção) de informações de qualquer natureza, esta sim, passível de incidência pelo ICMS. Desse modo, a despeito de alguns deles serem essenciais à efetiva prestação do serviço de comunicação e admitirem a cobrança de tarifa pela prestadora do serviço (concessionária de serviço público), por assumirem o caráter de atividade meio, não constituem, efetivamente, serviços de comunicação, razão pela qual não é possível a incidência do ICMS.
- 3. Não merece reparo a decisão que admitiu o ingresso de terceiro no feito, pois o art. 543-C, § 4º, do CPC autoriza que o Ministro Relator, considerando a relevância da matéria tratada em recurso especial representativo da controvérsia, admita a manifestação de pessoas, órgãos ou entidades com interesse na questão jurídica central.
- 4. Agravo regimental de fls. 871/874 não provido. Recurso especial não provido. Acórdão sujeito ao regime previsto no art. 543-C do CPC, c/c a Resolução 8/2008 Presidência/STJ.
- 91. Peço a atenção para os trechos acima grifados, porque, de modo incontestável, revelam que <u>sequer</u> a aludida "locação de equipamentos" se insere no rol dos serviços analisados e considerados como serviços conexos ao de comunicação pelo Superior Tribunal de Justiça, na sistemática do Recurso Especial Repetitivo.
- 92. Indubitável que a circunstância fática dos presentes autos disponibilização onerosa de equipamentos não se amolda àquela que foi objeto do REsp 1.176.753/RJ.
- 93. Mas vou além, ressaltando que o cerne do entendimento firmado naquele julgamento reside no entendimento de que os serviços analisandos ao ostentarem "caráter de atividade meio, não constituem, efetivamente, serviços de comunicação, razão pela qual não é possível a incidência do ICMS".
- 94. De fato, os serviços analisados: troca de titularidade de aparelho celular, conta detalhada, troca de aparelho, troca de número, mudança de endereço de cobrança de conta telefônica, troca de área de registro, troca de plano de serviço, bloqueio DDD E DDI, habilitação ou religação atuando de forma orbital, figuram como serviços preparatórios à comunicação.
- 95. Contudo, não é a hipótese dos autos, uma vez que os equipamentos de comunicação objeto da autuação fiscal se

inserem no âmago da relação comunicativa.

- 96. Noutros dizeres, nos presentes autos, estamos a tratar de serviço de natureza distinta daqueles que foram objeto do julgamento do precedente judicial REsp 1.176.753 do STJ.
- 97. Peço vênia para apresentar a seguinte esquematização:



- 98. Ante o exposto, insisto, o serviço em apreço configura disponibilização onerosa, por meio de uma série de atos, de condições materiais para que a comunicação se instaure.
- 99. Destaque-se o seguinte trecho do ensinamento de Roque Antonio Carrazza (ICMS. 6ª ed. São Paulo: Malheiros, 1997):
 - "A hipótese de incidência possível deste ICMS é prestar serviços de comunicação. <u>Não é simplesmente realizar a comunicação</u>. Portanto, o tributo só pode nascer do fato de uma pessoa prestar a terceiro, mediante

contraprestação econômica (em caráter negocial), um serviço de comunicação. (..)

Note-se que o ICMS não incide sobre a comunicação propriamente dita, mas sobre a 'relação comunicativa', isto é, a atividade de, em caráter negocial, alguém fornecer a terceiros, condições materiais para que a comunicação ocorra"." (destaquei)

- 100. Com o devido respeito, parece-me existir um certo equívoco conceitual no entendimento muitas vezes suscitado de que apenas a efetiva transmissão da mensagem ao receptor seria passível de incidência pelo ICMS.
- 101. Ora, a transmissão da mensagem é realizada pelo emissor e não pelo prestador de serviço de comunicação.
- 102. Segundo leciona Marco Aurélio Greco (Internet e Direito: Dialética, 2000. p. 124):
 - "Prestador de serviço de comunicação é aquele que fornece os respectivos meios à comunicação, assim entendidos não apenas aqueles necessários ao transporte das mensagens, mas também aqueles que tornam possível a instauração de uma relação comunicativa, tais como interfaces, dispositivos, equipamentos etc. Em outras palavras, presta serviço de comunicação quem fornece o ambiente de comunicação". (destaquei)
- 103. Importante observar, também, que não vislumbro, nos autos, qualquer elemento fático a assemelhar o serviço objeto do AIIM aos foram objeto do julgamento do precedente judicial REsp 1.176.753, até mesmo por impossibilidade de natureza conceitual, <u>uma vez que são serviços de naturezas distintas</u>.
- 104. Note-se que esta distinção não passou despercebida aos olhos da c. Câmara Superior do TIT, no julgamento do Processo DRTC III 1122176/11, conforme ementa abaixo transcrita:
 - "EMENTA ICMS Item 1 Falta de pagamento do imposto em prestação de serviço de comunicação, por erro na determinação da base de cálculo, pela exclusão indevida dos itens denominados pelo contribuinte como "Aluguel de Equipamentos". Item 2 - Falta de pagamento do imposto em prestação de serviço de comunicação, por erro na determinação da base de cálculo, pela exclusão indevida dos itens denominados pelo contribuinte como "Internet Corporativa - Porta de Conexão". Item 3 - Falta de pagamento do imposto em prestação de serviço de comunicação, por erro na determinação da base de cálculo, pela exclusão indevida dos itens denominados pelo contribuinte como "Gerenciamento". Decisão em sede de Recurso Ordinário cancelou os itens 1 e 3, objeto de recurso especial da Fazenda, e manteve o item 2, objeto de recurso especial do contribuinte. Não conhecido o recurso do contribuinte quanto ao item 2, por inadequação dos paradigmas. Não acolhida a pretensão fazendária de nulidade da decisão recorrida quanto ao item 3. Conhecido e provido o recurso da Fazenda quanto aos itens 1 e 3 para restabelecer a acusação. A disponibilização de equipamentos e gerenciamento de rede não se caracterizam como atividades preparatórias, que apenas preparam o terreno para a ocorrência posterior de um servico de comunicação, mas, efetivamente, integram e acompanham todo o processo da prestação do mesmo serviço, tornando possível o processo de comunicação e compondo uma só obrigação de fazer, correta a exigência fiscal dos itens 1 e 3. Não conhecido o recurso do contribuinte, quanto ao item 2. Conhecido e provido o apelo da Fazenda para restabelecer os itens 1 e 3." (Voto do i. juiz Dr. José Roberto Rosa)
- 105. O que apreendo como elemento chave para o deslinde da controvérsia posta é que a circunstância fática dos presentes autos não se amolda àquela que foi objeto do REsp 1.176.753, porque este precedente, a toda evidência, não versa sobre o fornecimento de equipamentos não há similitude fática.
- 106. Restando evidente que a manutenção do presente lançamento fiscal NÃO se posiciona contra ao entendimento unânime do Judiciário apontado no Recurso, porque NÃO há subsunção do caso presente ao entendimento firmado no REsp 1.176.753 que originou o Tema nº 427 do STJ, vez que:
 - (i) Por um lado, a alegada "locação de equipamentos" <u>não se insere no rol</u>dos serviços analisados e considerados como serviços conexos ao de comunicação pelo Superior Tribunal de Justiça, na sistemática do Recurso Especial Repetitivo REsp 1.176.753.
 - (ii) Lado outro, o conjunto probatório dos autos é insuficiente para amparar a procedência da pretensão recursal, haja vista que não há, nos autos, qualquer elemento fático a assemelhar o alegado serviço objeto do AIIM aos foram objeto do julgamento do precedente judicial REsp 1.176.753.

Do item 2 do AIIM

- 108. O item 2 do AIIM versa sobre a emissão de Notas Fiscais de Serviço de Comunicação NFSC e de Notas Fiscais de Serviço de Telecomunicação NFST com inobservância de requisito regulamentar: preenchimento do campo descrição do item com "SERVIÇOS CONTRATADOS", "SERVIÇOS CONTRATADOS VIVO MÓVEL", "SERVIÇOS CONTRATADOS VIVO TV" e "SERVIÇOS CONTRATADOS VIVO FIBRA", que não permitem a correta e perfeita identificação do item de serviço.
- 109. A Autoridade Fiscal narra que os documentos emitidos pelo Autuado não observaram a disciplina do artigo 178, inc. VII do RICMS c/c Portaria CAT 79/2003.
 - "Artigo 178 <u>A Nota Fiscal de Serviço de Telecomunicações</u>, modelo 22, será emitida por estabelecimento que prestar serviço de telecomunicação e conterá as seguintes indicações (Lei 6.374/89, art. 67, § 1º, e Convênio SINIEF-6/89, arts. 81 e 82): (...)
 - VII a discriminação do serviço prestado, de modo que permita sua perfeita identificação;" (destaquei)
 - "6.2.3.4. Campo 13 Informar a descrição do item. <u>A descrição deverá ser detalhada, clara e objetiva de forma que seja possível a correta e perfeita identificação do item, sendo vedadas descrições genéricas</u>. Não detalhar os serviços medidos a fim de evitar a identificação individual das chamadas (telefone chamado, localidade, data, hora e duração), informar apenas o tipo de serviço (chamadas locais a cobrar, chamadas de longa distância, chamadas internacionais, etc.), a quantidade total e o valor total do item. Na conta de energia elétrica a base de cálculo e o valor do ICMS deverão ser informados de forma individualizada para cada item de fornecimento.

Quaisquer redutores e descontos concedidos, bem como quaisquer cobranças realizadas no documento fiscal, tal como a cobrança de terceiros, juros e multas de mora, contas de meses anteriores, quaisquer outros valores, ainda que estranhos à tributação do ICMS e que constem do documento fiscal, deverão ser informados como itens distintos do documento fiscal;" (destaquei)

- 110. A irresignação recursal centrou-se na alegação de improcedência do lançamento ante a inexigibilidade da multa por descumprimento de obrigação acessória, por se entender que os referidos serviços teriam sido devidamente descritos e individualizados nas faturas emitidas e o Fisco teria tido acesso às informações sobre os serviços prestados.
- 111. A controvérsia é de fácil deslinde.
- 112. A multa aplicada no item 2 do AIIM encontra-se capitulada no artigo 85, inciso IV, alínea "h", da Lei 6.374/89, que assim dispõe:
 - Artigo 85 O descumprimento das obrigações principal e acessórias, instituídas pela legislação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, fica sujeito às seguintes penalidades: (..)
 - IV infrações relativas a documentos fiscais e impressos fiscais: (..)
 - h) <u>emissão de documento fiscal com inobservância de requisito regulamentar</u> ou falta de obtenção de visto em documento fiscal-multa equivalente a 1% (um por cento) <u>do valor da</u> operação ou <u>prestação relacionada com o documento</u>;
- 113. Cotejando o teor da norma punitiva com o Demonstrativo 2 (fls. 20.298 a 2.604.265) e com o Demonstrativo do Débito Fiscal DDF (fl. 4), se evidencia que a multa aplicada na referida exação fiscal corresponde a 1% (um por cento) do valor das prestações relacionadas com os documentos elencados no referido Demonstrativo 2.
- 114. Nesse contexto, tenho que o valor da multa, do qual reclama o Autuado, é proporcional ao valor das operações cujas notas fiscais; <u>não transbordando, portanto, aos limites da proporcionalidade.</u>

- 115. O Autuado ainda sustenta que a manutenção da exação fiscal posta no AIIM configuraria enriquecimento ilícito/sem causa do Estado de São Paulo, uma vez que as operações realizadas pelo Autuado sequer teriam causado prejuízo ao Erário.
- 116. De imediato, é preciso esclarecer que, ante a flagrante afronta a dispositivo legal, não há como se afastar a exigência fiscal sob mera alegação de ausência de prejuízo ao Erário.
- 117. A presente controvérsia envolve questões de direito e os fatos devem ser interpretados sob a moldura normativa e não pelos seus efeitos paralelos.
- 118. Há que se concordar que o não cumprimento, pelo Contribuinte, de seus deveres instrumentais obsta o trabalho do Fisco, o qual necessita ter à sua disposição, de forma ágil, informações que auxiliem as análises e cotejos necessários à realização de seus trabalhos.
- 119. Nesse contexto, é inconcebível, a pretensão recursal de que o fato de os serviços estarem alegadamente descritos e individualizados nas faturas emitidas <u>poderia fazer as vezes de prova documental inequívoca exigida pela legislação do imposto</u>.
- 120. Frise-se: as disposições do inciso VII do artigo 178 do RICMS/00 são <u>cogentes</u> ao estabelecer que a <u>Nota Fiscal de</u> <u>Serviço de Telecomunicações conterá a discriminação do serviço prestado, de modo que permita sua perfeita identificação</u>.
- 121. Com a devida vênia, o direito não socorre àqueles que aceitam correr o risco do descumprimento da obrigação tributária.
- 122. Por fim, anoto que, inexistindo matéria de fato a ser esclarecida, se mostra despicienda a suscitada conversão do julgamento em diligência.
- 123. São essas as razões que me conduzem a manutenção da exigência fiscal objeto do item 2 do AIIM.

Das multas e dos juros

- 124. Noutro azo, o Autuado se insurge contra as multas aplicadas.
- 125. Argumenta-se a confiscatoriedade da multa exigida, a inconstitucionalidade e ilegalidade do cálculo de multa sobre o valor da operação atualizado e a ilegalidade dos juros aplicados.
- 126. De plano, destaco que as penalidades aplicadas estão em conformidade com a legislação vigente e guardam proporcionalidade com os danos causados ao Estado pelo descumprimento da obrigação tributária.
- 127. O percentual de multa aplicado foi dimensionado por dispositivo legal válido e vigente, cujo afastamento, no presente contencioso administrativo, somente se faria possível nas hipóteses previstas no artigo 28, da Lei nº 13.457/2009, inocorrentes no presente caso.
- 128. Ademais, não há que se falar em há ofensa ao princípio da vedação ao confisco previsto no artigo 150, IV, da Carta Magna, haja vista que este se refere apenas a tributos.
- 129. Especificamente em relação ao critério de cálculo da multa questionado pelo Autuado, vale registrar que a matéria se encontra devidamente pacificada no âmbito do Tribunal de Imposto e Taxas, com a publicação da Súmula nº 13/2018, a qual estabelece ser legítima a atualização do Valor Básico da Multa, nos termos do §9º, do artigo 85, da Lei nº 6.374/1989.
- 130. Improsperável, portanto, é o pleito de redução da multa aplicada, de sorte que não seja aplicada sobre o valor do principal corrigido.
- 131. No mais, há de se observar que a taxa de juros de mora aplicada sobre o débito fiscal está em conformidade com o entendimento sedimentado no Tribunal de Impostos e Taxas, veiculado na Súmula TIT 10/2017 (revisada em 09/06/2022): "Os juros de mora aplicáveis ao montante de imposto e multa exigidos em autos de infração estão limitados

- à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia SELIC incidente na cobrança dos tributos federais".
- 132. No caso, cumpre observar que o lançamento de ofício, lavrado em 02/07/2024, abarca em sua integralidade fatos posteriores a 01 de novembro de 2017 (fls. 3 a 5) <u>data em já se aplicava, aos débitos fiscais exigidos por meio de auto de infração, a taxa de juros de mora mensal equivalente a Taxa SELIC, de acordo com a disciplina do artigo 7° do Decreto nº 62.761/2017, que regulamentou a Lei nº 16.497/2017 e em consonância a Súmula TIT nº 10/2017, atualizada em 09/06/2022.</u>
- 133. Não obstante isso, ainda há uma questão recursal a ser examinada.
- 134. O Autuado aduz existir discrepância entre os índices oficiais divulgados no sítio da Receita Federal e os efetivamente utilizados quando da lavratura do AIIM
- 134. Sem razão o Autuado.
- 135. Como bem ressaltado pelo Juízo, o equívoco do Autuado incide no fato de desconsiderar a existência de "previsão legal para a aplicação da taxa de juros de mora de 1% (um por cento) para fração de mês, assim entendido qualquer período inferior a um mês".
- 136. Bem de se ver que a Autoridade Fiscal demonstra didaticamente às fls. 2604647 a 2604649 que as taxas de juros de mora aplicadas estão corretas:
 - "(..) no site da Receita Federal do Brasil obtém-se a taxa de juros Selic acumulada" (..)
 - "(..) a esta taxa de juros Selic acumulada é necessário somar 1%, referente a 07/2024" (..)
 - "Vide COMUNICADO DICAR-48, DE 01-07-2024, que divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 31-07-2024 para os débitos de ICMS (..)"
- 137. Malgrado isso, há algo relevante a ser observado.
- 138. É indene de dúvidas que a taxa de juros aplicada à época da lavratura do AIIM estava condicionada ao efetivo pagamento do débito fiscal nas condições estabelecidas nos incisos I e II do artigo 96, da Lei 6.374/89 dentro do prazo de 15 ou 30 dias contados da notificação da lavratura do auto de infração (fl. 07).
- 139. Descumprido o prazo previsto no referido artigo, (i) o valor dos juros deve ser fixado e exigido na data do pagamento do débito fiscal, incluindo-se esse dia e (ii) haverá o reinício de sua incidência a partir do dia seguinte ao da lavratura do AIIM, conforme disposição dos §§ 2º e 3º, do artigo 565, do RICMS/2000, *in verbis*:
 - "§ 2º O valor dos juros deve ser fixado e exigido na data do pagamento do débito fiscal, incluindo-se esse dia.
 - § 3º Na hipótese de auto de infração, os juros de mora incidentes sobre o imposto serão calculados até o dia da lavratura e, não sendo efetuado o pagamento do débito fiscal nos termos do artigo 569, reiniciar-se-á a incidência a partir do dia seguinte ao da lavratura."
- 140. Para que não pairem dúvidas, dou realce ao seguinte trecho da aludida norma: <u>na hipótese de auto de infração, os</u> juros de mora incidentes sobre o imposto serão calculados até o dia da lavratura e, não sendo efetuado o pagamento do débito fiscal, reiniciar-se-á a incidência a partir do dia seguinte ao da lavratura.
- 141. Resta evidente, portanto, que, a despeito do percentual de juros constante do Demonstrativo do Débito Fiscal DDF do auto de infração para o pagamento do débito fiscal nas condições estabelecidas nos incisos I e II do artigo 96, da Lei 6.374/89 dentro do prazo de 15 ou 30 dias contados da notificação da lavratura do AIIM, o fato que se faz relevante para o caso dos autos é que não houve o aludido pagamento.
- 142. A par disso, vale ressaltar que o Autuado não questionou, em sua Defesa, as datas iniciais de incidência dos juros inseridas no DDF (fls. 3 a 5).
- 143. Nos deparamos, assim, com o inescapável questionamento: o quão relevante para a lide é a discussão levantada, se não houve o pagamento nas condições estabelecidas na legislação de regência e se não há divergência quanto ao

termo inicial adotado pelo Fisco para a aplicação dos juros de mora?

- 144. Não parece demasiado frisar que, ao final do julgamento da lide, na circunstância de ser mantido o auto de infração o valor dos juros será fixado e exigido na data do pagamento do débito fiscal, incluindo-se esse dia e esclarecer que haverá o reinício da incidência dos juros a partir do dia seguinte ao da lavratura do AIIM, conforme disposição dos §§ 2º e 3º, do artigo 565, do RICMS/2000.
- 145. Surge com isso uma certeza, a discussão levantada acerca da adequação do percentual de taxa de juros utilizada na data da lavratura do AIIM é inócua no momento presente.
- 146. Em verdade, pelo fato de a matéria não se revestir de qualquer utilidade ao Autuado, inexiste a necessidade da tutela jurisdicional. Melhor dizendo: a matéria arguida sequer comporta conhecimento.

PARTE DISPOSITIVA

147. Diante do exposto, CONHEÇO PARCIALMENTE DO RECURSO ORDINÁRIO E NEGO-LHE PROVIMENTO.

VOTO DE VISTA - Juiz: HENRIQUE FERNANDO MELLO

Ementa:

ICMS – (Item 1) Falta de pagamento do ICMS, por emissão de Notas Fiscais de Serviço de Comunicação – NFSC e de Notas Fiscais de Serviço de Telecomunicação - NFST, referentes a prestações tributadas, com erro na determinação da base de cálculo, ao não considerar as parcelas relativas a "LOCAÇÃO" ou "ALUGUEL" de equipamentos de telecomunicação como parte integrante e indissociável da sua prestação onerosa de serviço de telecomunicações, ou ao não considerar as parcelas de "ASSINATURA" e outras, que compõem o próprio serviço de telecomunicações prestado aos clientes. (Item 2) Emissão de Notas Fiscais de Serviço de Comunicação – NFSC e de Notas Fiscais de Serviço de Telecomunicação - NFST com inobservância de requisito regulamentar: preenchimento do campo descrição que não permite a correta e perfeita identificação do item de serviço. RECURSO ORDINÁRIO. Não há nulidade a ser declarada. Condutas infracionais devidamente configuradas. As parcelas relativas a LOCAÇÃO e ALUGUEL devem ser retiradas da base de cálculo da exigência por se afigurarem como atividade-meio dos serviços de telecomunicação. Legalidade da multa aplicada. Súmula TIT nº 13/2018. Súmula TIT nº 10/2017 (revisada em 09/06/2022). RECURSO ORDINÁRIO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

Relatório e Voto:

VOTO-VISTA

- 1. Requeri vistas dos presentes autos para uma análise mais aprofundada acerca de questão que envolve a controvérsia, que possui potencial para decisão divergente em relação ao excelente voto apresentado pela i. Juíza Relatora Dra. Luciana Cristina da Silva Vendramini, a quem rendo minhas sinceras homenagens.
- 2. Tomo a liberdade de utilizar o bem lançado relatório expressado no voto exarado em sessão de julgamento anterior como se aqui estivesse transcrito. Porém, ouso divergir parcialmente das conclusões trazidas no voto de relatoria.
- 3. Apresso-me a deixar consignado que o ponto de divergência se refere, apenas, à exigência do ICMS sobre "parcelas relativas a 'LOCAÇÃO' ou 'ALUGUEL' de equipamentos de telecomunicação", constantes do Item 1 do AIIM 5.038.998-1, lavrado em face de TELEFONICA BRASIL S.A.
- 4. Isso porque, em julgamento de 19 de setembro de 2024, a C. Câmara Superior deste Tribunal de Impostos e Taxas do Estado de São Paulo, analisando controvérsia posta no AIIM 4.075.885-0 (também lavrado em face de TELEFONICA BRASIL S.A), definiu que a atividade de locação de equipamentos no contexto da prestação de serviços de comunicação afigura-se como uma atividade-meio, não podendo ser alcançada pela incidência do ICMS devido sobre a atividade-fim.

5. Cito, nesse sentido, trechos do voto-vista prolatado pelo i. Juiz Dr. Juliano di Pietro, no sentido de que:

"Com efeito, os serviços preparatórios, acessórios ou intermediários que não a prestação de serviço de comunicação propriamente dita escapam do campo de incidência do ICMS, razão pela qual, por força do princípio da estrita legalidade, a exigência do imposto em tais situações mostra-se deveras ilegal.

(...)

Aliás, há tempos o Colendo Superior Tribunal de Justiça adota tal entendimento, conforme frisa o acórdão de cujo voto condutor transcrevo trecho abaixo, emanado do recente julgamento do RESP 1.756.892, o qual tratou justamente da locação de equipamentos e de serviços necessários à prestação do serviço de comunicação:

(...)

Portanto, com a devida vênia a entendimentos contrários, sou firme no entendimento de que as atividades-meio, sejam elas preparatórias, acessórias ou intermediárias do serviço de comunicação, no que literalmente a jurisprudência do STJ inclui a locação de equipamentos, não estão compreendidas no campo de incidência do ICMS, ainda que essenciais."

- 6. Menciono, também, o voto-vista do i. Juiz Dr. Edison Aurélio Corazza, que diz:
 - "4. Como bem-dito pelo Ministro Luiz Fux, hoje no Supremo Tribunal Federal, o ICMS somente pode incidir sobre os serviços de comunicação propriamente ditos, no momento em que são prestados, ou seja, apenas pode incidir sobre a atividade-fim, que é o serviço de comunicação, e não sobre a atividade-meio ou intermediária, no caso o gerenciamento de rede e outsourcing.
 - 5. Entendo eu que não estamos diante de operação de natureza mista, que porventura poderia gerar a obrigação de incidência do ICMS Comunicação, como atribuído pela fiscalização. Isso porque, para que a operação de natureza mista se configure mister se faz que ambas as atividades se operem no mesmo lapso temporal, de forma simultânea ou contínua, a ponto de originar um único fato jurídico indissociável.
 - 6. Este não é o caso da prestação de serviço de comunicação e o fornecimento de

equipamento, que compreendem duas prestações distintas, cujas receitas são **auferidas em momentos diversos**, escrituradas em diferentes contas contábeis e com preços diferenciados. Não há simultaneidade ou continuidade entre o resultado de uma e de outra prestação.

- 7. Equipamentos desligados geram para a Recorrente receita de locação sem a correspondente receita da prestação do serviço de comunicação. O gerenciamento de rede, por exemplo, também se dá em momento diverso, não coincidente, não necessariamente, com o serviço de comunicação.
- 8. O que se pretende com o lançamento fiscal é tributar atividades distintas, cuja realização se dá em momentos temporais diversos, o que não cabe face ao princípio da Tipicidade Fechada."
- 7. Também valem destaque trechos do voto-vista do i. Juiz Dr. Alberto Podgaec, exarado no já mencionado julgamento do AIIM 4.075.885-0:

"No entanto, embora durante muito tempo tenha me posicionado no sentido da incidência do ICMS na locação de equipamentos utilizados nos serviços de comunicação, altero meu entendimento diante da jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria.

Com efeito, cito o RESp 1.176.753/RJ, 1a Seção, Reator o Ministro Mauro Campbell Marques, em 28.11.2012, sob a sistemática de recursos repetitivos, que ensejou o Tema 427, in verbis: "A incidência do ICMS, no que se refere à prestação dos serviços de comunicação, deve ser extraída da Constituição Federal e da LC 87/96, incidindo o tributo sobre os serviços de comunicação prestados de forma onerosa, através de qualquer meio, inclusive a geração, a emissão, a recepção, a transmissão, a retransmissão, a repetição e a ampliação de comunicação de qualquer natureza (art. 2°, III, da LC 87/96). A prestação de serviços conexos ao de comunicação por meio da telefonia móvel (que são preparatórios, acessórios ou intermediários da comunicação) não se confunde com a prestação da atividade fim processo de transmissão (emissão ou recepção) de informações de qualquer natureza, esta sim, passível de incidência pelo ICMS. Desse modo, a despeito de alguns deles serem essenciais à efetiva prestação do serviço de comunicação e admitirem a cobrança de tarifa pela prestadora do serviço (concessionária de serviço público), por assumirem o caráter de atividade meio, não constituem, efetivamente, serviços de comunicação, razão pela qual não é possível a incidência do ICMS".

De se mencionar, ainda, o julgamento do AgInt no REsp 1885238 /MG, Relator o Ministro Mauro Campbell Marques, 2ª Turma, em 16.12.2020, in verbis: "TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. ICMS. SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO. LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS. ATIVIDADE-MEIO. NÃO INCIDÊNCIA. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Mais de uma vez esta Corte Superior analisou o serviço de locação de equipamentos vinculada ao serviço de comunicação entendendo que diz respeito a serviço conexo ao de comunicação, não se confundindo com a atividade-fim.

2. Ainda que alguns desses serviços conexos sejam essenciais à prestação do serviço de comunicação, consoante alega o agravante, os mesmos configuram atividade-meio, nã constituindo, efetivamente, serviços de comunicação, e não sendo passível de tributação pelo ICMS Precedentes.
3. Agravo interno não provido."
Assim, a atividade de locação de equipamentos, diante do constante nas decisões acima caracteriza-se como atividade-meio para a consecução dos serviços de comunicação propriament ditos, de modo, após reflexão sobre o tema, concluo que a manutenção da exigência fiscal acarretar sucumbência desnecessária aos cofres públicos, devendo, pois, ser conhecido e provido o apelo d Autuada."
DISPOSITIVO
8. Desse modo, pedindo vênias para divergir, em parte, do excelente Voto de Relatoria e me filiando a entendimento exarado pela c. Câmara Superior deste TIT/SP (AIIM 4.075.885-0), voto pel impossibilidade de se exigir ICMS sobre parcelas relativas a locação ou aluguel de equipamentos n telecomunicação, o que resulta na necessidade de julgamento de parcial procedência do Recurs Ordinário interposto por TELEFONICA BRASIL S.A. contra o AIIM 5.038.998-1, determinando-se, po isso, o cancelamento parcial do Item 1 do Auto de Infração.
9. As demais razões do voto de relatoria restam incorporadas a este voto-vista, naquilo que não forer incompatíveis com a conclusão aqui oferecida.
São Paulo, sessão virtual.

Henrique Mello

Juiz Titular



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DA FAZENDA

COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA TRIBUNAL DE IMPOSTOS E TAXAS

DRT	Número	Ano	AIIM	Câmara
17	5038998-1	2024	5038998-1	SÉTIMA CÂMARA JULGADORA

Tipo de Impugnação:	RECURSO ORDINÁRIO
Recorrente:	TELEFONICA BRASIL S.A.
Recorrido:	FAZENDA PÚBLICA
Responsáveis Solidários:	
Relator:	LUCIANA CRISTINA DA SILVA VENDRAMINI
Sustentação Oral Requerida:	NÃO
Pedidos de Vista:	HENRIQUE FERNANDO MELLO

CONFIRMAÇÃO DO VOTO DO RELATOR

Confirmo o voto que proferi na sessão de julgamento em que houve o deferimento do pedido de vista.

Sala das Sessões da SÉTIMA CÂMARA JULGADORA, 14 de novembro de 2025

LUCIANA CRISTINA DA SILVA VENDRAMINI

Juiz Relator



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DA FAZENDA

COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA TRIBUNAL DE IMPOSTOS E TAXAS

DRT	Número	Ano	AIIM	Câmara
17	5038998-1	2024	5038998-1	SÉTIMA CÂMARA JULGADORA

Tipo de Impugnação:	RECURSO ORDINÁRIO
Recorrente:	TELEFONICA BRASIL S.A.
Recorrido:	FAZENDA PÚBLICA
Responsáveis Solidários:	
Relator:	LUCIANA CRISTINA DA SILVA VENDRAMINI
Sustentação Oral Requerida:	NÃO
Pedidos de Vista:	HENRIQUE FERNANDO MELLO

DECISÃO DA CÂMARA

RECURSO ORDINÁRIO: CONHECIDO INTEGRALMENTE. PARCIALMENTE PROVIDO.

VOTO DO JUIZ RELATOR: LUCIANA CRISTINA DA SILVA VENDRAMINI

RECURSO ORDINÁRIO: Conhecido Parcialmente. Não Provido.

VOTO DE VISTA: HENRIQUE FERNANDO MELLO

RECURSO ORDINÁRIO: Conhecido Integralmente. Parcialmente Provido.

JUÍZES QUE ACOMPANHARAM ESSE VOTO DE VISTA:

MARIA ANSELMA COSCRATO DOS SANTOS

SILVIO RYOKITY ONAGA (Presidente)

São Paulo, 14 de novembro de 2025 Tribunal de Impostos e Taxas



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DA FAZENDA COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA TRIBUNAL DE IMPOSTOS E TAXAS



TELEFONICA BRASIL S.A.				
CNPJ	LOCALIDADE	AIIM 5038998-1		
02558157000162	SAO PAULO - SP			

JULGAMENTO NA CÂMARA DO TIT COM CERTIFICADO DIGITAL

Julgamento realizado na Câmara do Tribunal de Impostos e Taxas por meio do ePAT – Processo Administrativo Tributário Eletrônico, com a utilização do certificado digital dos juízes presentes na sessão de julgamento.

São Paulo, 14 de novembro de 2025 Tribunal de Impostos e Taxas